



DELEGACIAS DE POLÍCIA: GARANTIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

SOUZA, Giovanna Lucas Freitas Schardosim de¹

FAGUNDES, Jean Derik Teixeira Godoi¹

VARGAS, Kamila Fagundes de¹

GOMES, Marcos Gularte²

SILVA, Carolina Alt Silva da²

NUNES, Simone Terezinha Gonçalves²

RESUMO: Este trabalho aborda a importância das delegacias de polícia na garantia da segurança pública, um direito fundamental dos cidadãos. As delegacias desempenham um papel crucial na investigação e prevenção de crimes, sendo essenciais para a manutenção da ordem pública. A pesquisa analisa a estrutura e o funcionamento dessas instituições, destacando o papel do delegado de polícia na proteção dos direitos fundamentais e na promoção da justiça. Através de uma análise histórica e administrativa, foram identificados desafios importantes, como a escassez de recursos humanos e materiais, que comprometem a eficiência das investigações. Além disso, a presença feminina na carreira de delegada de polícia é discutida como um aspecto importante para a promoção da igualdade de gênero e inclusão nas instituições de segurança pública. Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam barreiras, como resistência cultural e sub-representação em cargos de liderança. O trabalho conclui que a modernização das delegacias, a melhoria das condições de trabalho e a promoção de um ambiente mais inclusivo são fundamentais para garantir a eficácia da Polícia Civil e a proteção dos direitos fundamentais da população.

Palavras-chave: 1. Delegacias de Polícia 2. Segurança Pública 3. Direitos Fundamentais 4. Igualdade de Gênero 5. Modernização das Instituições

ABSTRACT: This work addresses the importance of police delegations in ensuring public safety, a fundamental right of citizens. Police stations play a crucial role in the investigation and prevention of crimes, being essential for the maintenance of public order. The research analyzes the structure and functioning of these institutions, highlighting the role of the police chief in protecting fundamental rights and promoting justice. Through a historical and administrative analysis, significant challenges were identified, such as the scarcity of human and material resources, which compromised the efficiency of investigations. Additionally, the presence of women in the career of police chief is discussed as an important aspect for promoting gender equality and inclusion in public security institutions. Despite advancements, women still face barriers, such as cultural resistance and underrepresentation in leadership positions. The work concludes that the modernization of police stations, improvement of

¹ Discentes do Curso Direito, Nível 1 2025/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



working conditions, and promotion of a more inclusive environment are fundamental to ensuring the effectiveness of the Civil Police and the protection of the fundamental rights of the population.

KEYWORDS: 1. Police Delegations 2. Public Safety 3. Fundamental Rights 4. Gender Equality 5. Modernization of Institutions

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A segurança pública é um direito fundamental dos cidadãos e as delegacias de polícia desempenham um papel crucial na garantia desse direito. Como instituições responsáveis pela investigação e prevenção de crimes, as delegacias são essenciais para a manutenção da ordem pública e a proteção da sociedade. No entanto, a estrutura e o funcionamento dessas instituições, bem como o papel do delegado de polícia, são frequentemente objeto de questionamentos e debates. A compreensão da estrutura e funcionamento das delegacias de polícia é essencial para entender como essas instituições operam e enfrentam os desafios cotidianos. A análise histórica e administrativa permite identificar transformações ao longo do tempo e fatores que impactam sua eficácia na segurança pública, além de fornecer elementos para desenvolver estratégias que melhorem a atuação das delegacias e, consequentemente, a segurança da população.

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, a segurança pública no Brasil é garantida pela atuação de diferentes forças policiais, que se dividem em dois grandes grupos: a Polícia Militar ou ostensiva e a Polícia Judiciária, da qual é parte a Polícia Civil dos Estados. A Polícia Militar, com caráter ostensivo, é responsável pela preservação da ordem pública e pela prevenção de crimes, atuando de maneira preventiva e visível nas ruas. Já a Polícia Civil tem a responsabilidade pela investigação de crimes, pela apuração de infrações e pela coleta de elementos de prova para a formação do inquérito policial, com foco no processo investigativo e na aplicação da justiça, relativamente aos delitos de competência da Justiça Comum Estadual.

Essa diferenciação entre as funções da Polícia Militar e da Polícia Civil é essencial para entender o funcionamento das delegacias, que estão sob a administração da Polícia Civil,



e o papel do delegado de polícia. O delegado é o responsável pela condução das investigações, pela garantia dos direitos fundamentais dos envolvidos no processo e pela aplicação da justiça, assegurando que a investigação ambiental é central no debate sobre a segurança pública. Responsáveis pela investigação de crimes e pela aplicação da justiça, os delegados têm um papel essencial na proteção dos direitos humanos durante o processo de investigação criminal, garantindo que a justiça seja aplicada de forma equitativa.

Além disso, a presença feminina na carreira de delegado de polícia tem sido um tema crescente de discussão. Apesar de ainda ser uma presença minoritária, o aumento de mulheres nessa carreira representa não apenas um avanço para a igualdade de gênero, mas também uma contribuição para a inclusão e diversidade nas práticas de justiça. Superar os desafios enfrentados pelas mulheres delegadas é essencial para promover um ambiente mais inclusivo e equitativo dentro da estrutura policial.

Este artigo visa contribuir para a reflexão sobre a estrutura e funcionamento das delegacias de polícia, o papel do delegado de polícia na proteção dos direitos fundamentais e os desafios e avanços da presença feminina na carreira policial. Além disso, busca identificar soluções para os desafios enfrentados tanto pelas delegacias quanto pelos delegados, com o objetivo de melhorar a segurança pública e a promoção da justiça.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 A Estrutura e o Funcionamento das Delegacias de Polícia: Uma Análise Histórica e Administrativa

A estrutura e o funcionamento das delegacias de polícia no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, são regidos por um conjunto de normas que buscam organizar e garantir a eficiência da Polícia Civil. A Lei nº 10.994/1997, que organiza a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece a estrutura administrativa das delegacias e define as funções dos diversos profissionais que nela atuam, como delegados, investigadores e escrivães. Esta legislação busca garantir que as delegacias estejam aptas a realizar as atividades de



investigação e repressão ao crime de forma eficaz, oferecendo um modelo administrativo que organiza as unidades policiais em todo o estado (BRASIL, 1997).

A norma é crucial para a definição de competências e responsabilidades dentro da estrutura policial, ajudando a direcionar os esforços da instituição de maneira mais focada.

A atuação da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, conforme definida pela Lei nº 10.994/1997, é centrada em uma administração eficiente que visa não apenas a repressão aos crimes, mas também a prevenção e a investigação de delitos. A legislação prevê uma hierarquia de atuação e um planejamento estratégico de atividades, permitindo uma divisão clara das responsabilidades entre as diversas unidades da polícia. As delegacias de polícia são assim organizadas para garantir que as investigações sejam realizadas com eficiência e que a população tenha acesso rápido aos serviços policiais. A descentralização das delegacias por região, conforme a lei, facilita o atendimento à sociedade, mas também coloca desafios, como a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos em algumas unidades.

Além disso, a Lei nº 10.994/1997 estabelece princípios fundamentais que norteiam a administração policial, assegurando que a atuação das delegacias seja pautada pela legalidade, eficiência e respeito aos direitos humanos. O artigo 1º da Lei nº 10.994/1997 destaca a importância de uma administração policial que, além de ser eficaz no combate ao crime, também seja transparente e orientada por princípios éticos. Esses princípios são essenciais para garantir que as delegacias de polícia atuem de forma legítima e justa, promovendo a confiança da sociedade nas instituições policiais. Como destacado em recente análise sobre a administração policial, "os princípios fundamentais à administração policial se baseiam na eficiência, no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e na integração entre as instituições" (SIENA, 2024).

A história das delegacias de polícia no Rio Grande do Sul reflete uma evolução da estrutura organizacional e da atuação da Polícia Civil. Desde os primeiros tempos da instituição, quando as delegacias eram voltadas principalmente para o controle e repressão de crimes menores, até o momento atual, em que as delegacias desempenham um papel crucial nas investigações complexas, a estrutura tem se adaptado às necessidades da sociedade. O processo de modernização e especialização das delegacias, como a criação de unidades



específicas para crimes como homicídios e narcotráfico, é um reflexo dessa evolução. A Lei nº 10.994/1997 e os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica das Polícias Cíveis ajudam a consolidar essas mudanças, permitindo uma maior especialização e um atendimento mais ágil às demandas da população.

Entretanto, apesar da legislação avançada, as delegacias de polícia no Rio Grande do Sul enfrentam desafios estruturais e administrativos, que impactam diretamente no seu funcionamento. A escassez de recursos humanos e materiais é um problema recorrente em muitas unidades, o que compromete a eficiência da investigação e o atendimento à população. A sobrecarga de trabalho dos servidores, muitas vezes em número insuficiente para a demanda de serviços, é uma das consequências diretas dessa falta de recursos. Para superar esses desafios, é necessário um investimento contínuo em capacitação profissional, infraestrutura e tecnologia, de modo a garantir que as delegacias de polícia no Rio Grande do Sul possam cumprir sua função de proteger a sociedade e garantir a justiça, conforme estabelecido pela Lei nº 10.994/1997 e pelos princípios da administração policial (SIENA, 2024).

2.1.2 O Papel do Delegado de Polícia na Proteção dos Direitos Fundamentais e Direitos Humanos nas Investigações Criminais

A atuação do Delegado de Polícia na proteção dos direitos fundamentais e direitos humanos nas investigações criminais é um aspecto central para garantir que o processo penal se desenvolva dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito. O delegado, ao conduzir investigações, assume um papel crucial na manutenção da legalidade e da justiça, sendo responsável por assegurar que todos os envolvidos no processo – vítimas, acusados e testemunhas – tenham seus direitos respeitados. A Lei nº 13.869/2019, por exemplo, estabelece que a autoridade policial deve, de forma diligente, observar e garantir os direitos constitucionais, como o direito à ampla defesa e ao contraditório, fundamentais para um processo justo (LOPES, 2009). Assim, a função do delegado não é apenas punitiva, mas também protetiva, assegurando que as investigações sejam realizadas com respeito aos direitos humanos.

O delegado de polícia, no contexto das investigações criminais, tem um papel garantidor dos direitos fundamentais, o que se reflete em sua atuação no processo de apuração



de crimes. Segundo Arla Rocha, a função do delegado vai além da simples coleta de provas, uma vez que ele deve atuar como um “garantidor de direitos”, impedindo qualquer abuso durante o processo investigatório, como a tortura ou tratamentos desumanos (ROCHA, 2024). Esse papel é especialmente importante porque, muitas vezes, a atuação da polícia ocorre antes da formalização do processo judicial, sendo o momento de investigação a primeira oportunidade para que os direitos fundamentais sejam respeitados. Assim, o delegado atua como a primeira linha de defesa contra abusos e violação de direitos.

Na investigação criminal, a função do delegado de polícia é também garantir a aplicação de direitos de defesa e de informação, que são fundamentais para a justiça do processo penal. Lopes (2009) destaca que, ao iniciar uma investigação, o delegado deve assegurar que o investigado tenha pleno acesso à defesa e à informação, respeitando seu direito de ser informado sobre os atos processuais. Esse direito de defesa é essencial para que o acusado tenha a oportunidade de contestar as provas apresentadas e de se manifestar sobre os fatos que lhe são imputados. O delegado deve garantir que essa defesa ocorra de maneira plena, sem qualquer cerceamento que possa comprometer a legitimidade do processo investigativo.

O respeito aos direitos fundamentais é uma obrigação que se reflete diretamente na maneira como as delegacias conduzem suas investigações. Em várias ocasiões, o papel do delegado de polícia como guardião dos direitos humanos é desafiado, especialmente em contextos de grande pressão social, como casos de crimes graves. Segundo Mauro Sérgio Grama de Assis (2020), o delegado de polícia deve ter uma postura ética e imparcial, assegurando que as investigações sejam conduzidas de maneira justa, sem pressões externas. Nesse sentido, a atuação do delegado deve ser permeada por princípios que garantem os direitos da pessoa investigada, a fim de evitar abusos e arbitrariedades durante o processo de investigação.

Apesar da importância de sua função, o delegado de polícia frequentemente enfrenta desafios operacionais e estruturais que podem dificultar o cumprimento desses direitos. A escassez de recursos, a sobrecarga de trabalho e as limitações no sistema de justiça criminal tornam o ambiente da investigação muitas vezes hostil à plena garantia dos direitos



fundamentais. Para que o delegado de polícia possa efetivamente desempenhar seu papel de protetor dos direitos humanos, é necessário que haja investimentos contínuos em capacitação profissional e infraestrutura nas delegacias, assim como o apoio de uma estrutura judiciária que também assegure a observância dos direitos fundamentais durante todo o processo penal.

2.1.3 Desafios e Avanços na Carreira de Delegado de Polícia: Perspectivas de Igualdade de Gênero e Inclusão

A presença feminina na carreira de delegado de polícia tem avançado ao longo das últimas décadas, refletindo um movimento maior de inclusão e igualdade de gênero nas instituições de segurança pública. Embora as mulheres ainda constituam uma minoria no corpo de delegados, os avanços são significativos, especialmente com a criação de políticas afirmativas que incentivam a inclusão feminina no campo da segurança pública. De acordo com Casagrande (2017), a presença feminina nas forças policiais tem sido fundamental para a transformação das estruturas dessas instituições, que tradicionalmente foram dominadas por homens. Contudo, as mulheres ainda enfrentam barreiras, como a resistência cultural e a sub-representação em cargos de liderança, que dificultam a plena igualdade dentro da carreira de delegado de polícia.

Os desafios enfrentados pelas mulheres na Polícia Civil, especialmente na função de delegada, são multifacetados. Primeiramente, há a resistência de uma parte do corpo policial, que ainda vê a mulher como uma intrusa em uma profissão historicamente masculina. Silveira (2020) aponta que, embora as mulheres representem uma porcentagem crescente do efetivo policial, a posição de liderança continua sendo dominada por homens. Além disso, as delegadas frequentemente se deparam com a pressão de provar sua competência em um ambiente predominantemente masculino, o que resulta em uma constante validação de suas habilidades e capacidades. Esse cenário exige uma análise crítica das estruturas de poder e cultura dentro das instituições policiais, além de um esforço institucional para superar as barreiras invisíveis que ainda limitam a ascensão das mulheres dentro da carreira.

Um dos principais avanços na promoção da igualdade de gênero foi a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, um espaço destinado a atender as vítimas de violência



doméstica e sexual. Segundo Casagrande (2017), essas delegacias desempenham um papel crucial não apenas na assistência às vítimas, mas também na promoção da participação das mulheres na carreira policial. Elas possibilitaram que as mulheres, em sua maioria, pudessem acessar as posições de liderança em um ambiente mais adequado ao seu perfil profissional. No entanto, mesmo com a criação dessas delegacias, as delegadas ainda enfrentam desafios em termos de igualdade de oportunidades e reconhecimento dentro da estrutura mais ampla da polícia, que segue sendo um espaço com grandes disparidades de gênero.

Além das dificuldades culturais e estruturais, as delegadas também precisam lidar com questões de assédio e a sobrecarga de trabalho, que muitas vezes são exacerbadas pelo fato de serem mulheres em uma profissão marcada por estereótipos de gênero. Silveira (2020) enfatiza que as mulheres que conseguem ascender a cargos de liderança na polícia frequentemente enfrentam um duplo padrão: elas são cobradas a manter a autoridade e, ao mesmo tempo, sofrem críticas pela sua postura, que é considerada “diferente” da tradicionalmente masculina. Isso torna a liderança feminina um campo desafiador, mas também um espaço de resistência e transformação dentro das instituições policiais. As delegadas, portanto, se veem em uma posição onde a superação desses desafios exige não apenas competência profissional, mas também uma constante adaptação às normas e expectativas de uma instituição em que são minoria.

Apesar de todos os desafios, a presença das mulheres na carreira de delegado de polícia representa um avanço substancial na promoção da igualdade de gênero nas forças de segurança pública. As delegadas têm demonstrado que a diversidade de gênero é uma contribuição essencial para o aprimoramento da atuação policial, enriquecendo a perspectiva das investigações e da tomada de decisões dentro das delegacias. Casagrande (2017) argumenta que a participação das mulheres não só fortalece a instituição, como também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A continuidade dessa transformação exige a implementação de políticas públicas que garantam um ambiente de trabalho inclusivo, onde as delegadas possam ascender a cargos de liderança sem enfrentar obstáculos baseados em seu gênero, promovendo assim a igualdade e a inclusão nas instituições policiais.



2.2 Metodologia

Este texto apresenta uma análise detalhada de uma entrevista realizada com um Delegado. O objetivo da pesquisa foi compreender sobre os desafios enfrentados nas delegacias de polícia, focando na eficiência das investigações, na proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, nos desafios operacionais enfrentados pelos profissionais da Polícia Judiciária, e nas questões de igualdade de gênero dentro da carreira policial. A entrevista foi realizada por meio de um formulário estruturado, enviado eletronicamente ao delegado selecionado por ter proximidade com os autores do trabalho. É um profissional com experiência na área. O formulário continha perguntas abertas, que passaram por uma revisão prévia com orientador para garantir a relevância das perguntas.

2.2.1. Instrumentos de Coleta

Através de perguntas se obteve informações qualitativas sobre a estrutura e funcionamento das delegacias, os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Judiciária, a proteção dos direitos fundamentais durante as investigações, e as questões de igualdade de gênero no ambiente policial. A entrevista serviu para obter dados diretos e aprofundados sobre esses temas, permitindo a análise de aspectos específicos e subjetivos que são essenciais para a pesquisa.

2.2.2. Resultados e Discussão

A análise das respostas fornecidas na entrevista evidencia aspectos cruciais sobre a estrutura e o funcionamento das delegacias, a proteção dos direitos fundamentais, os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Judiciária e as questões de igualdade de gênero no ambiente policial. Primeiramente, em relação à estrutura e aos recursos das delegacias, o entrevistado destacou que a infraestrutura física e os recursos materiais são essenciais para a eficiência das investigações e a qualidade dos serviços prestados à população. No entanto, foi enfatizado que não existe um plano estratégico adequado para a melhoria dos equipamentos institucionais, o que limita a capacidade da polícia em realizar investigações ágeis e eficazes. Essa falta de planejamento reflete diretamente na qualidade da investigação, pois o acesso a recursos modernos, como tecnologias avançadas de análise de dados e equipamentos de coleta de provas, é fundamental para a eficiência das ações policiais. Portanto, há uma clara



necessidade de investimentos contínuos em recursos materiais e na modernização das delegacias, de forma a proporcionar aos profissionais da área as ferramentas necessárias para realizar um trabalho de qualidade.

Em relação à proteção dos direitos fundamentais, o entrevistado esclareceu que, durante a investigação criminal, a garantia dos direitos do cidadão, como o direito à ampla defesa e ao contraditório, é respeitada dentro dos limites da lei. No entanto, a plena aplicação do contraditório, como ocorre em um processo judicial, não é possível nas fases iniciais da investigação. Essa limitação ocorre porque a investigação exige sigilo para evitar a destruição de provas e garantir o sucesso da apuração. Assim, o contraditório não pode ser exercido de maneira plena durante esse estágio, pois isso poderia prejudicar a obtenção de provas e, consequentemente, a eficácia da investigação. Mesmo assim, o entrevistado garantiu que os direitos do acusado são preservados, pois as provas obtidas de forma irregular são descartadas, o que assegura a legalidade do processo.

Os desafios operacionais enfrentados pela Polícia Judiciária também foram abordados na entrevista. O maior desafio destacado foi a coleta de provas, que deve ser realizada de maneira precisa e eficiente para garantir a validade da investigação. A coleta inadequada de provas compromete o andamento do processo e, muitas vezes, a justiça para as vítimas. O entrevistado enfatizou que essa dificuldade impacta diretamente os direitos humanos das vítimas, uma vez que, sem provas suficientes, a investigação pode falhar em proporcionar justiça. Além disso, o entrevistado mencionou que a carência de recursos materiais e humanos torna a coleta de provas ainda mais difícil. Isso evidencia a necessidade de melhorar o treinamento dos policiais e o fornecimento de recursos adequados para enfrentar esses desafios de maneira eficiente.

Em relação à igualdade de gênero, o entrevistado reconheceu o crescimento da presença feminina nas delegacias ao longo dos anos, mas ressaltou que as delegadas ainda enfrentam desafios significativos no ambiente policial. A cultura predominantemente masculina da polícia, que perdura desde a sua criação, cria um ambiente hostil para as mulheres, dificultando o reconhecimento e a igualdade de oportunidades. Essa realidade implica em barreiras que dificultam a ascensão das delegadas a cargos de liderança, além de



prejudicar a integração das mulheres na força policial de maneira igualitária. A mudança dessa cultura, segundo o entrevistado, exige uma mudança de paradigma interna, envolvendo a adaptação das estruturas e a superação de preconceitos arraigados.

Essa resistência cultural pode ser superada por meio de políticas de inclusão e de conscientização, que promovam a igualdade de gênero dentro da corporação policial. Além disso, é importante a implementação de ações afirmativas que garantam a igualdade de oportunidades para mulheres em todos os níveis da carreira policial. Tais mudanças também exigem o apoio das lideranças da polícia, que devem estar comprometidas com a criação de um ambiente inclusivo e respeitoso para todos, independentemente do sexo. Ao promover um ambiente mais inclusivo, a polícia poderá contar com o melhor de seus profissionais, independentemente de seu gênero, garantindo que todos possam contribuir igualmente para a segurança pública.

Com base nas respostas e na análise dos temas abordados, fica claro que a modernização das delegacias e a melhoria na capacitação dos policiais são fundamentais para o bom andamento das investigações. A promoção da igualdade de gênero e o combate à cultura machista são igualmente importantes para criar um ambiente mais justo e eficiente dentro das corporações policiais. Essas mudanças não só melhorarão a qualidade das investigações, mas também proporcionarão um serviço público mais eficiente e mais justo para a sociedade como um todo. Em suma, para que a Polícia Civil consiga desempenhar seu papel de maneira eficiente e justa, é necessário investir em recursos adequados, melhorar as condições de trabalho e promover um ambiente mais inclusivo e igualitário para todos os profissionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como atividade de extensão do presente trabalho, realizamos uma atividade na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe, localizada na cidade de Bagé. Durante esta atividade, distribuímos panfletos educativos aos alunos, que serviram como material de apoio para uma apresentação sobre o papel do delegado e suas funções. Abordamos também as diferenças entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, aprofundando os conceitos e promovendo uma discussão interativa com os estudantes. Essa abordagem não visa apenas



informar, mas também fomentar um diálogo sobre a importância do trabalho policial e a promoção de um ambiente mais igualitário e inclusivo nas instituições de segurança pública.

A segurança pública é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos, e as delegacias de polícia desempenham um papel essencial nesse contexto. Este trabalho abordou a importância das delegacias na investigação e prevenção de crimes, destacando a relevância do papel do delegado de polícia na proteção dos direitos fundamentais e na promoção da justiça. A análise da estrutura e funcionamento das delegacias, bem como a diferenciação entre as funções da Polícia Civil e da Polícia Militar, permitiu uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por essas instituições e dos avanços necessários para melhorar sua eficácia.

A pesquisa revelou que, apesar dos avanços legislativos e administrativos, as delegacias de polícia ainda enfrentam desafios significativos, como a escassez de recursos humanos e materiais, que comprometem a eficiência das investigações e o atendimento à população. A necessidade de investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e tecnologia é evidente, pois esses elementos são cruciais para garantir que as delegacias possam cumprir sua função de forma eficaz.

Além disso, a presença feminina na carreira de delegado de polícia foi identificada como um aspecto importante para a promoção da igualdade de gênero e inclusão nas instituições de segurança pública. Embora tenha havido avanços, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, como a resistência cultural e a sub-representação em cargos de liderança. A criação de políticas afirmativas e a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo são fundamentais para superar esses desafios e garantir que as delegadas possam contribuir plenamente para a segurança pública.

Por fim, este trabalho busca não apenas contribuir para a reflexão sobre a estrutura e funcionamento das delegacias de polícia, mas também identificar soluções para os desafios enfrentados por essas instituições e seus profissionais. A promoção de um ambiente mais igualitário e inclusivo, juntamente com a modernização das delegacias e a melhoria das condições de trabalho, são passos essenciais para garantir a eficácia da Polícia Civil e a



proteção dos direitos fundamentais da população. A continuidade desse processo de transformação é vital para a construção de uma sociedade mais justa e segura, onde todos possam ter seus direitos respeitados e garantidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.994/1997. **Organiza a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.**

Disponível em:

<https://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2010.994.pdf>.

Acesso em: 20 mar. 2025.

SIENA, David Pimentel Barbosa de. **Princípios fundamentais à administração policial na**

Lei Orgânica das Polícias Cíveis. *Consultor Jurídico*, 13 fev. 2024. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2024-fev-13/principios-fundamentais-a-administracao-policial-na-lei-organica-das-policias-civis/>. Acesso em: 30 mar. 2025

ROCHA, Arla. **A atuação do delegado de polícia na garantia dos direitos humanos durante as investigações criminais.** Disponível em:

https://www.adpf.org.br/adpf/imagens/noticias/chamadaPrincipal/7770_arla%20rocha.pdf.

Acesso em: 25 mar. 2025.

ASSIS, Mauro Sérgio Grama de. **A Atuação do Delegado de Polícia na Garantia dos Direitos Humanos Durante as Investigações Criminais.** Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/33692/TCC%20FINAL%20Mauro%20Sergio%20Grama%20de%20Assis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LOPES, Fábio Motta. **Os direitos de informação e de defesa na investigação criminal.**

Porto Alegre: *Livraria do Advogado Editora*, 2009, p. 20. Acesso em: 26 mar. 2025

CASAGRANDE, Maria Aparecida. **Ser mulher na Polícia Civil: estudo sobre as delegadas de polícia em Santa Catarina.** Disponível em:

https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498780025_ARQUIVO_MariaAparecidaCasagrandeFazendoGenero.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL DE BAGÉ
FACULDADE IDEAU DE BAGÉ



SILVEIRA, Maria Natália Barboza da. *Delegadas de polícia: profissionalismo e gênero.*

Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15689>. Acesso em: 20 mar. 2025.